Demonstrações financeiras

Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

31 de dezembro de 2024 com Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Centro Empresarial PB 370 Praia de Botafogo, 370 8° ao 10° andar - Botafogo 22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: +55 21 3263-7000

ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da Concessionária Águas de Juturnaíba S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional.



 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2025.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-015199/F

Gláucio Dutra da Silva

Contador CRC-1RJ090174/O

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	74.950	98.761
Contas a receber de clientes	7	50.409	47.836
Estoques		3.441	938
Despesas antecipadas		533	494
Créditos com partes relacionadas	19	162	172
Tributos a recuperar		26	36
Outros ativos		1.542	197
	•	131.063	148.434
Não circulante		10.610	9.362
Depósitos judiciais		84	9.302
Tributos a recuperar		04	115
Operações com derivativos	0	-	115
Ativo de direito de uso	8	346	562
Imobilizado	9	1.360	1.412
Ativo de contrato	10	65.803	82.163
Intangível	11	255.631	211.108
	,	333.834	304.722
Total do ativo		464.897	453.156

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	3.072	3.666
Empréstimos e financiamentos	13	-	15.050
Passivos de arrendamento	13	216	340
Debêntures	14	21.168	14.287
Obrigações tributárias	15	3.600	3.320
Obrigações trabalhistas		3.889	3.588
Obrigações com acionistas	19	21.536	14.058
Ônus da concessão		93	90
ICMS a devolver a clientes	17	3.039	3.039
Débitos com partes relacionadas	19	1.478	1.122
Outras obrigações	20	1.197	2.323
		59.288	60.883
Não circulante			
Passivos de arrendamento	13	161	301
Debêntures	14	279.865	282.179
Tributos diferidos	16	9.400	4.839
Provisões para contingências	18	2.252	2.360
		291.678	289.679
Patrimônio líquido	21		
Capital social		44.700	44.700
Reservas de lucros		44.700	43.894
Dividendos adicionais propostos		24.531	14.000
·		113.931	102.594
Total do passivo e patrimônio líquido		464.897	453.156

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida Custo dos serviços prestados Lucro bruto	22 23	253.522 (119.524) 133.998	256.539 (127.718) 128.821
Receitas (despesas) operacionais Despesas gerais e administrativas Outras receitas operacionais	24	(57.723) 672 (57.051)	(51.411) 995 (50.416)
Resultado operacional antes do resultado		76.947	78.405
Resultado financeiro Receitas financeiras Despesas financeiras	25 25	13.691 (21.855) (8.164)	20.229 (27.542) (7.313)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		68.783	71.092
Imposto de renda e contribuição social - corrente Imposto de renda e contribuição social - diferido	16b 16b	(15.150) (4.561)	(16.601) (5.049)
Lucro líquido do exercício	-	49.072	49.442

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	49.072	49.442
Outros resultados abrangentes		-
Total do resultado abrangente do exercício	49.072	49.442

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	<u>-</u>		Reserva de lucros	;	_		
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Retenção de lucros	Distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2023	44.700	8.370	2.247	33.823	-	-	89.140
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	49.442	49.442
Dividendos intermediários	-	-	-	(18.094)	-	-	(18.094)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	`(5.735)	-	-	(5.735)
Baixa de dividendos prescritos	-	-	-	` 59	-	-	` 59
Proposta de destinação do resultado do exercício:							
Reserva legal	-	570	-	-	-	(570)	-
Reserva de investimentos	-	-	1.133	-	-	(1.133)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(12.218)	(12.218)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	14.000	(14.000)	` -
Retenção de lucros	-	-	-	21.521	-	(21.521)	-
Saldos 31 de dezembro de 2023	44.700	8.940	3.380	31.574	14.000	-	102.594
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	_	49.072	49.072
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(12.182)	-	(12.182)
Dividendos intercalares	-	-	-	-	•	(8.000)	(8.000)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(5.767)	-	` -	(5.767)
Baixa de dividendos prescritos	-	-	-	482	-	-	482
Proposta de destinação do resultado do exercício:							
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de investimentos	-	-	305	-	-	(305)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(12.268)	(12.268)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	22.713	(22.713)	-
Retenção de lucros	-	-	-	5.786	-	(5.786)	-
Saldos 31 de dezembro de 2024	44.700	8.940	3.685	32.075	24.531	-	113.931

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais Lucro do exercício antes dos tributos sobre o lucro	68.783	71.092
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido: Depreciação e amortização Juros de empréstimos e arrendamento e amortização de custos de transação sobre	14.228	11.464
empréstimos	969	3.729
Juros sobre debêntures e amortização de custos de transação sobre debêntures	19.554	20.165
Ganho com operações de swap	(120)	(43)
Variações monetárias	8	42
Atualização monetária das contingências	24	73
Provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber	7.313	5.291
Reversões de contingências	(132)	(138)
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	(59)	(30)
Perda com derivativos	115	18
Variações no ativo e passivo	(0.000)	(40,000)
Contas a receber de clientes	(9.886)	(12.368)
Estoques Des (vites individue)	(2.503)	(183)
Depósitos judiciais	(1.248)	(910)
Tributos a recuperar	(1.605)	(3.422)
Despesas antecipadas	(39)	(258)
Outros ativos Partes relacionadas, líquida	(1.345)	244 566
Fornecedores	366 (594)	27
Ônus da concessão	(594)	12
Ohigações tributárias	(692)	(707)
Obrigações trabalhistas	301	507
Outras obrigações	(1.126)	529
Cuitas obligações	92.315	95.700
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(13.492)	(11.932)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.063)	(4.720)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	(59)	(55)
Pagamento de juros sobre debêntures	(18.902)	(17.846)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	58.799	61.147
Fluxo de caixa das atividades de investimentos Adições ao imobilizado	(346)	(646)
Adições ao ativo de contrato e intangível	(26.481)	(44.010)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	(20.461)	(44.010)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(26.768)	(44.616)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(29.392)	(39.302)
Pagamentos dos empréstimos e financiamentos	(14.905)	(34.944)
Pagamento dos arrendamentos	(349)	(446)
Pagamento de debêntures	(11.298)	(4.534)
Derivativos recebidos	102	28
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	(55.842)	(79.198)
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(23.811)	(62.667)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	98.761 74.950	161.428 98.761

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. (a "Concessionária"), sociedade por acões de capital fechado, com sede localizada à Rodovia Amaral Peixoto, s/n, km 91, Bananeiras, no Município de Araruama - RJ, controlada pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de concessão entre as Prefeituras dos Municípios de Araruama (inclusive Iguaba Pequena e São Vicente de Paula), Saguarema (inclusive Bacaxá), Silva Jardim, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA e a Concessionária Águas de Juturnaíba S.A., através do Contrato de Concessão nº 03/96 de 01 de Dezembro de 1997, com prazo de 25 anos, prorrogáveis, a partir da ordem de servico inicial do contrato, que foi em 15 de janeiro de 1998. Em 30 de junho de 2010 e em 13 de agosto de 2015 houve deliberações da Agência Reguladora para prorrogação de mais 180 e 120 meses, respectivamente, que fez com que o término do contrato passasse para janeiro de 2048. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano dos Municípios de Araruama (inclusive Iguaba Pequena e São Vicente de Paula), Saquarema (inclusive Bacaxá) e Silva Jardim, Estado do Rio de Janeiro. O servico público de água e esgoto compreende os servicos de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período de concessão.

A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados.

O presente contrato de concessão prevê pagamento de taxa mensal à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA, por meio de percentual sobre o faturamento líquido oriundo do fornecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto.

Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para as Prefeituras dos Municípios de Araruama (inclusive Iguaba Pequena e São Vicente de Paula), Saquarema (inclusive Bacaxá) e Silva Jardim.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1), na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária.

Em 19 de março de 2025, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber.

Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

3.3. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), se houver.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Imobilizado--Continuação

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

3.4. Ativo de contrato

Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.5. Intangível

a) Sistema de água e esgoto

A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05).

O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

b) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada.

3.6. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros - custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

Ativos financeiros - mensuração inicial

No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro.

Ativos financeiros - mensuração subsequente

- Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.
- Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

Passivos financeiros - reconhecimento inicial

Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros - mensuração subsequente

- Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva.
- Valor justo por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.
- Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros

Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo.

A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária.

3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9. Tributos

Imposto de renda e contribuição social correntes

A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliandose a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos sobre as receitas

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,6%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9. Tributos--Continuação

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

3.10. Provisões

Geral

São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11. Receita operacional

i) Receita de prestação de serviços

Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.11. Receita operacional--Continuação

i) Receita de prestação de serviços--Continuação

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados.

ii) Receitas de construção

A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

3.12. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multas vinculadas à operação e ganhos com derivativos. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva.

As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros e variação monetária com empréstimos e financiamentos, juros capitalizados, juros sobre arrendamentos, variação monetária sobre contingências, descontos concedidos e perdas com derivativos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Concessionária aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Concessionária decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Concessionária, estão descritas a seguir. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 26 (R1) Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras: introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. As alterações entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil a adoção antecipada não é permitida. A Concessionária está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 19 Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações: permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis.

A IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A aplicação da referida norma, até o momento, não será elegível pela Concessionária.

Alterações ao CPC 18: a atualização do Pronunciamento contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações contábeis separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham impactos nas demonstrações financeiras, visto que a Empresa não possui investimentos.

Alterações ao CPC 02: as alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham impactos nas demonstrações financeiras da Concessionária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado.

<u>Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão</u>

A concessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir.

Estimativas e premissas contábeis

As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir:

a) Vida útil dos ativos intangíveis

Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas contábeis--Continuação

b) Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

c) Provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber

A Concessionária registra as perdas esperadas de crédito das contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Concessionária acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

d) Receita não faturada

As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.11 e 7.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de riscos financeiros

5.1. Instrumentos financeiros por categoria

A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são como segue:

			31/12	/2024	31/12	/2023
	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros						_
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	74.873	74.873	98.678	98.678
Contas a receber	Custo amortizado	-	50.409	50.409	47.836	47.836
Crédito com partes relacionadas	Custo amortizado Valor justo por meio	-	162	162	172	172
Operações com derivativos	de resultado	Nível 2	-	-	115	115
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	2.518	2.518	3.666	3.666
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	-	-	15.050	15.050
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	377	377	641	641
Debêntures	Custo amortizado	-	301.033	301.033	296.466	296.466
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	93	93	90	90
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	1.478	1.478	1.122	1.122

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de riscos financeiros--Continuação

5.2. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços.

Risco de taxas de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado referese, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações, assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos, financiamentos e debêntures em moedas locais, sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa.

A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de riscos financeiros--Continuação

5.2. Risco de mercado--Continuação

Risco de taxas de juros--Continuação

A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, empréstimos, financiamentos e debêntures (sem os custos de transação) utilizou as projeções do CDI e IPCA para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Focus, do Banco Central do Brasil e Banco Itaú. O cenário I corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III correspondem a uma alteração positiva e negativa de 25% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II +25%	Cenário III -25%
Ativo Equivalentes de caixa	CDI	74.873	86.014	83.229	88.799
Passivo Debêntures	IPCA	(310.372)	(326.077)	(322.166)	(330.019)
Passivo líquido		(235.499)	(240.063)	(238.937)	(241.220)
Efeito líquido			(4.564)	(3.438)	(5.721)
IPCA (a.a.)			5,06%		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de riscos financeiros--Continuação

5.3. Risco de liquidez

É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária.

As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos às debêntures, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores não descontados):

	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	2.518	2.518	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Debêntures	310.372	22.232	18.474	269.666
Passivos de arrendamento	377	216	146	15
Ônus da concessão	93	93	-	-
Débitos com partes relacionadas	1.478	1.478	-	-
·	314.838	26.537	18.620	269.681
	Valor contábil	Menos de	Entre um e	Acima de
Fr. 24 de desembre de 2022	Contabii	um ano	dois anos	dois anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	3.666	3.666	-	-
Fornecedores Empréstimos e financiamentos	3.666 15.090	3.666 15.090	-	-
			- - 17.312	- - 274.606
Empréstimos e financiamentos	15.090	15.090	- - 17.312 183	- - 274.606 118
Empréstimos e financiamentos Debêntures	15.090 306.890	15.090 14.972		
Empréstimos e financiamentos Debêntures Passivos de arrendamento	15.090 306.890 641	15.090 14.972 340		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de riscos financeiros--Continuação

5.4. Gestão de capital

Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento e debêntures, subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e operações com derivativos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim sumariados:

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos (Nota 13) Passivos de arrendamento (Nota 13) Debêntures (Nota 14) (-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6) (-) Operações com derivativos	377 301.033 (74.950)	15.050 641 296.466 (98.761) (115) 213.281
Dívida líquida (a) Total do patrimônio líquido (b) Total do capital (a+b) Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	226.460 113.931 340.391 66,53%	102.594 315.875 67,52%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	77	83
Aplicações financeiras	74.873	98.678
	74.950	98.761

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com remuneração relacionada à média no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 de aproximadamente 101,94% do CDI (101,26% em 2023).

7. Contas a receber de clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Clientes (a)	103.493	94.498
Clientes - parcelamento (b)	9.820	10.346
Pontos arrecadadores (c)	2.086	669
Perdas esperadas de créditos das contas a receber	(64.990)	(57.677)
	50.409	47.836

⁽a) Representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência).

O aging list de contas a receber é composto da seguinte forma:

31/12/2024	31/12/2023
26.138	24.125
13.805	11.4832
6.059	6.571
2.840	3.133
1.854	1.698
4.094	3.773
60.609	54.731
115.399	105.513
	26.138 13.805 6.059 2.840 1.854 4.094 60.609

⁽b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos.

⁽c) São agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber de clientes--Continuação

Abaixo apresentamos a movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(57.677)	(52.386)
(+) Adições	(17.699)	(18.959)
(-) Reversões	10.386	13.668
Saldo final	(64.990)	(57.677)

8. Ativo de direito de uso

	31/12/2024			31/12/2023			
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	
Imóveis	607	(261)	346	1.479	(917)	562	
	607	(261)	346	1.479	(917)	562	

Saldos em

Movimentação do ativo de direito de uso

Saldos em

	31/12/2023	Adições	Amortização	31/12/2024	
Imóveis	<u>562</u> 562	83 83	(299) (299)	346 346	
	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2023
	01/12/2022	raigooo	Биілио	7 illorii Lagao	01/12/2020
Imóveis	446	527	(33)	(378)	562
	446	527	(33)	(378)	562

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

			31/12/2024		31/12/2023
	Taxa de depreciação anual	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	2.711	(1.907)	804	809
Veículos	20%	533	(433)	100	156
Máquinas e equipamentos	10%	99	(52)	47	58
Móveis e utensílios	10%	1.078	(676)	402	382
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	12	` (5)	7	7
		4.433	(3.073)	1.360	1.412

Saldos em

31/12/2023

8 1.126

Movimentação do imobilizado

Benfeitorias em imóveis de terceiros

quipamentos de informática	809	250	(255)	804		
/eículos	156	-	(56)	100		
láquinas e equipamentos	58	-	(11)	47		
Nóveis e utensílios	382	96	(76)	402		
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7	-	-	7		
	1.412	346	(398)	1.360	-	
	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	Reclassificação	Saldos em 31/12/2023
quipamentos de informática	477	514	_	(209)	27	809
eículos		-	(10)	` ,	-	
láguinas e equipamentos	35	62	-	` '	(32)	58
lóveis e utensílios	380	65		(73)	10	382
éículos láquinas e equipamentos	226 35	- 62	(10)	(60) (7)	(32)	156 58

641

Adições

Saldos em 31/12/2024

(1) (350)

1.412

5

Depreciação

(10)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo de contrato

	31/12/2024	31/12/2023
Infraestrutura em construção	65.803	82.163
	65.803	82.163

Movimentação do ativo de contrato:

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2024	
Infraestrutura em construção	82.163	39.728	(56.088)	65.803	
	82.163	39.728	(56.088)	65.803	
	Saldos em 31/12/2022	Adições	Transferências	Reclassificação	Saldos em 31/12/2023
Infraestrutura em construção	153.946 153.946	53.530 53.530	(125.308) (125.308)	(5) (5)	82.163 82.163

As transferências ocorridas nos exercícios findos em 2024 e 2023 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

Custos de empréstimos capitalizados

Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo R\$ 15.213 em 31 de dezembro de 2024, a uma taxa média ponderada de 11,32 %a.a. (R\$ 5.140 e 13.15%a.a. em 2023).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

			31/12/2024		31/12/2023
	Taxa de amortização anual	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	335	(294)	41	57
Desenvolvimento de projetos	20%	113	(36)	97	109
Concessão/Infraestrutura	20 /6	324.887	(69.394)	255.493	210.942
		325.355	(69.724)	255.631	211.108

Os valores reconhecidos na linha concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2024 composto pelos seguintes ativos:

		31/12/2024		31/12/2023
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Captação	2.352	(410)	1.942	2.037
Adutora	7.776	(1.597)	6.179	2.831
Estação de Tratamento de Água - ETA	8.955	(4.179)	4.776	4.649
Reservatório	6.334	(1.962)	4.372	3.087
Booster	797	` (81)	716	748
Elevatória - água	3	•	3	3
Substituição/Expansão de rede de água	143.970	(16.852)	127.118	110.979
Ligação de água	1.905	(371)	1.534	1.613
Substituição/Expansão de rede de esgoto	42.040	(14.341)	27.699	29.287
Elevatória - esgoto	2.360	(250)	2.110	2.076
Estação de Tratamento de Esgoto - ETE	69.966	(13.389)	56.577	31.234
Emissário	195	(43)	152	159
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7.286	(1.993)	5.293	5.336
Máquinas e equipamentos	30.948	(13.926)	17.022	16.903
	324.887	(69.394)	255.493	210.942

Movimentação do intangível

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2024
Softwares e aplicativos	57	-	(15)	_	42
Desenvolvimento de projetos	109	-	(13)	-	96
Concessão/Infraestrutura	210.942	1.966	(13.503)	56.088	255.493
	211.108	1.966	(13.531)	56.088	255.631

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível -- Continuação

Movimentação do intangível -- Continuação

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2023
Softwares e aplicativos	29	-	(11)	39	57
Desenvolvimento de projetos	109	-	-	-	109
Concessão/Infraestrutura	93.398	3.000	(10.725)	125.269	210.942
	93.536	3.000	(10.736)	125.308	211.108

As transferências ocorridas nos exercícios findos em 2024 e 2023 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

12. Fornecedores

Os fornecedores estão assim representados:

	31/12/2024	31/12/2023
Materiais	830	1.374
Serviços	815	349
Infraestrutura	1.172	1.765
Outros	255	178
	3.072	3.666

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento

Linha de Crédito	Indexador	Juros	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos FINAME PSI (a) CCB (b) Capital de giro (c) (-) Custos de transação Total de empréstimos e financiamentos	CDI CDI	entre 2,5% e 6% a.a. 0,65% a.a. 1,1% e 1,65% a.a.	- - - -	3 1.535 13.552 (40) 15.050
Circulante			-	15.050
Passivos de arrendamento		entre 12,41% e 13,30%		
Arrendamentos (Vide Nota 8)		a.a	377	641
Circulante Não circulante			216 161	340 301
Endividamento total		-	377	15.691
Endividamento total - Circulante Endividamento total - Não circulante			216 161	15.390 301

(a) FINAME PSI

O contrato FINAME PSI foi obtido no exercício de 2014 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com R\$ 125 de valor contratado, com término ocorrido no exercício de 2024.

Esta operação teve como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos, com a finalidade de expandir, modernizar e reforçar a infraestrutura para dar suporte à operação da Concessionária.

(b) CCB

O contrato de Cédula de Crédito Bancário (CCB) foi obtido no exercício de 2014 no valor total de R\$12.000, com término ocorrido no exercício de 2024.

Esta operação teve como objetivo investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas a saneamento básico.

(c) Capital de giro

Em novembro de 2019 a Concessionária contratou empréstimo de capital de giro no total de R\$40.100, tendo o término do contrato ocorrido no exercício de 2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento--Continuação

Covenants

Determinados contratos possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*Covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2024.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento é como segue:

Empréstimos e financiamentos

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	15.050	50.997
Juros e encargos financeiros	871	3.621
Variações monetárias	7	42
Amortização de principal	(14.905)	(34.944)
Amortização de juros	(1.063)	(4.720)
Amortização dos custos de transação	40	54
Saldo final	-	15.050

Passivos de arrendamento

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	641	600
Adições	83	494
Remensurações	3	(6)
Juros e encargos financeiros	58	54
Amortização de principal	(349)	(446)
Amortização de juros	(59)	(55)
Saldo final	377	641

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Passivos de a	arrendamento
	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	183
2026	146	118
2027	15	-
	161	301

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Debêntures

Linha de crédito	Indexador	Juros	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures	IPCA	5,40% e 6,85% a.a.		
Não conversíveis em ações			306.306	302.926
Juros e participações			4.066	3.964
Custos de transação a apropriar			(9.339)	(10.424)
Total de debêntures			301.033	296.466
Circulante			21.168	14.287
Não circulante			279.865	282.179

A movimentação das debêntures é demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	296.466	286.166
Juros e encargos financeiros	33.681	31.995
Amortização de principal	(11.298)	(4.534)
Amortização de juros	(18.902)	(17.846)
Apropriação de custo de transação	1.086	685
Saldo final	301.033	296.466

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

		31/12/2024			31/12/2024			31/12/2023		
		Custos de		Custos de						
	<u>Dívida</u>	transação	Total líquido	Dívida	transação	Total líquido				
2025	-	-	-	17.312	(685)	16.627				
2026	18.474	(1.006)	17.468	17.605	(685)	16.920				
2027	18.902	(965)	17.937	18.013	(685)	17.328				
Após 2027	250.764	(6.304)	244.460	238.988	(7.684)	231.304				
	288.140	(8.275)	279.865	291.918	(9.739)	282.179				

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Debêntures -- Continuação

Em 15 de novembro de 2020, conforme Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas, foi aprovada a 1ª emissão pública de 117.400 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor nominal de R\$1, perfazendo o total de R\$117.400.

As debêntures têm prazo de vencimento de vinte anos, a contar da data de emissão, com amortização do valor nominal unitário em trinta e sete parcelas semestrais, sendo a primeira em 15 de novembro de 2022, e com vencimento final previsto para o dia 15 de novembro de 2040.

As debêntures têm atualização monetária mensal do seu valor nominal unitário pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a primeira data de integralização até a data do seu efetivo pagamento, e farão jus a uma remuneração prefixada, correspondente a um percentual de 5,40% a.a., base 252 dias úteis.

Os recursos captados destinam-se a investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas aos sistemas de saneamento e possuem como garantia a outorga de fiança pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.

Covenants

As debêntures possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*Covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2024.

15. Obrigações tributárias

Os impostos e contribuições estão assim:

	31/12/2024	31/12/2023
PIS/COFINS/CSLL retidos	89	61
ISS	209	66
IRRF	392	403
PIS	301	299
COFINS	1.401	1.391
IRPJ	786	631
CSLL	422	469
	3.600	3.320

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição dos tributos diferidos

Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

_	31/12/2023	Resultado	31/12/2024
Provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber Provisão para contingências Provisão participação nos lucros Provisão salários e encargos em acordo coletivo	825 802 333 84	232 (37) (1) (7)	1.057 765 332 77
Perdas com derivativos Arrendamentos Outros	(39) 28 80	39 (17) 186	- 11 266
Ativo fiscal diferido	2.113	395	2.508
Juros capitalizados Ajustes do regime de tributação transitório Lei nº 12.973/ 2014	(6.873) (79)	(4.962) 6	(11.835) (73)
Passivo fiscal diferido	(6.952)	(4.956)	(11.908)
Tributos diferidos, líquidos	(4.839)	(4.561)	(9.400)

b) Conciliação da taxa efetiva:

<u>.</u>	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social Alíquota nominal	68.783 34%	71.092 34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes	(23.386)	(24.171)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo Permanentes Juros sobre capital próprio Efeito referente a alíquota de adicional do imposto de renda Incentivo cultural (Lei º 8.313/91 artigo 18) Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/08) Programa de alimentação do trabalhador (9.580/2018) PRONAS/PCD (art 6º da Lei nº 12.715/2012) PRONON (Lei nº 12.715/2012) Incentivo desportivo (Lei nº 11.438/06 artigo 3) Fundo da infância e da adolescência (Decreto nº 9.580/18) Outros ajustes Total de despesas de imposto de renda e da contribuição social	(370) 1.961 24 220 32 507 54 54 110 55 1.028	(260) 1.950 24 276 17 307 - 138 69 - (21.650)
Alíquota efetiva	28,66%	30,45%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. ICMS a devolver a clientes

A Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. iniciou uma disputa judicial com o Governo do Estado do Rio de Janeiro contra a cobrança de ICMS nas contas de fornecimento de água, obtendo, em 2010, decisão favorável junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a cobrança de ICMS pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro nas contas de fornecimento de água. A Concessionária firmou um Termo de Operacionalização junto ao Ministério Público e os Municípios de Araruama (inclusive Iguaba Pequena e São Vicente de Paula), Saquarema (inclusive Bacaxá) e Silva Jardim objetivando dar transparência e regras claras à forma de devolução de créditos em favor de seus clientes. O do ICMS a devolver a clientes é de R\$ 3.039 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.039 em 2023).

18. Provisões para contingências

As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais. As provisões estão assim demonstradas:

	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	59	56
Cíveis	2.193	2.304
	2.252	2.360

Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Concessionária possui processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

31/12/2024	31/12/2023
1.138	53
49.775	46.044
50.913	46.097
	1.138 49.775

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisões para contingências--Continuação

Processos com probabilidade de perda classificada como possível--Continuação

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível têm os seguintes objetos: (i) consumo, totalizando R\$30.543 (R\$ 26.912 em 2023); (ii) falta de abastecimento, totalizando R\$ 3.824 (R\$3.088 em 2023); (iii) multiplicação de economias (R\$ 2.292 em 2023); (iv) serviços água e esgoto (vazamentos, obstrução, refluxo), totalizando R\$ 5.574 (R\$ 4.735 em 2023); (v) serviços comerciais, totalizando R\$ 5.106 (R\$ 3.954 em 2023);(vi) responsabilidade civil, totalizando R\$ 2.938 (R\$ 3.508 em 2023); (vii) cobrança, totalizando R\$1.677 (R\$ 1.357 em 2023); e (viii) dano ambiental, desapropriação e outros, totalizando R\$ 113 (R\$ 198 em 2023).

Trabalhistas

Processo nº 0100542-46.2016.5.01.0411

Envolve um reclamante que trabalhou como Operador de Processo entre 2009 e 2015. Ele busca diferenças salariais, reconhecimento de doença profissional (com pedidos associados, como reintegração e danos morais/estéticos) e honorários advocatícios. A perícia médica concluiu a favor da empresa. Uma sentença inicial deferiu as diferenças salariais, mas indeferiu os pedidos relacionados à doença profissional. O Tribunal anulou essa sentença devido ao cerceio de defesa, reabrindo o caso para produção de provas. No dia 05 de agosto de 2024 as partes produziram as provas orais e o juízo encerrou a instrução, estando o processo ainda pendente de sentença. O valor do montante atualizado é de R\$ 1.032.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram pagos pela Concessionária o montante total de R\$ 1.686 (R\$ 1.351 em 2023). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

	31/12/2024	31/12/2023
Remunerações	1.301	987
Encargos sociais	335	285
Plano de saúde	38	34
Plano de previdência privada	-	33
Outros	12	12
	1.686	1.351

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Partes relacionadas -- Continuação

Resumo das transações com partes relacionadas

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas (a)		
Águas do Paraíba S.A _.	-	8
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	95	140
Rio+ Saneamento BL3 S.A.	67	24
	162	172
Passivo circulante:		
Dividendos a pagar		
M&G Consultoria e Participações Ltda.	64	39
ERG Participações Ltda.	430	259
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	251	151
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	43	26
Erco Engenharia S.A.	-	482
Synval Filgueiras de Moraes Junior	339	204
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	453	273
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	339	204
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	18.349	11.061
	20.268	12.699
Juros sobre capital próprio a pagar		
M&G Consultoria e Participações Ltda.	4	4
ERG Participações Ltda.	27	29
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	16	17
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	3	3
Synval Filgueiras de Moraes Junior	21	23
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	28	30
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	21	23
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	1.148	1.230
	1.268	1.359
Débitos com partes relacionadas (a)		
Águas de Niterói S.A.	-	43
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	1.478	1.079
	1.478	1.122
Total do passivo circulante	23.014	15.180
Resultado com partes relacionadas		
Despesas		
Contrato de gestão - Management Fee (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	(10.656)	(4.772)

⁽a) Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (*Management Fee*) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Outras obrigações

Abaixo apresentamos a composições dos saldos relativos a outras obrigações::

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas gerais	-	1
Retenção contratual	808	1.788
Adiantamento de clientes	246	246
Outros	143	288
	1.197	2.323

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social realizado é de R\$44.700 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, representado por 5.699.850 (cinco mil, seiscentas e noventa e nove e oitocentos e cinquenta) ações nominativas, sem valor nominal. Dentre essas ações, 1.899.950 (um mil, oitocentos e noventa e nove e novecentos e cinquenta) são ordinárias ("ON") e 3.799.900 (três mil, setecentos e noventa e nove e novecentas) são preferenciais ("PN"), conforme apresentado abaixo:

Acionistas	ON	PN	Total	%
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	1.775.869	3.384.340	5.160.209	90.5324%
Synval Filgueiras de Moraes Junior	31.811	63.622	95.433	1.6743%
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	42.415	84.828	127.243	2,2324%
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	31.811	63.622	95.433	1,6743%
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	5.742	64.751	70.493	1,2368%
ERG Participações Ltda.	9.846	111.036	120.882	2,1208%
Acionistas minoritários	2.456	27.701	30.157	0.5291%
	1.899.950	3.799.900	5.699.850	100%

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva para investimentos

Constituída reserva para investimentos de importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. A reserva para investimentos não pode exceder a 80% do capital social subscrito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Patrimônio líquido--Continuação

d) <u>Dividendos e juros sobre capital próprio</u>

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2024, foram propostos dividendos adicionais no total de R\$ 22.713 referentes ao lucro gerado no exercício. Ao longo do exercício, foram distribuídos dividendos intermediários e intercalares nos montantes de R\$ 12.182 e R\$ 8.000, respectivamente. Além disso, foram destinados juros sobre o capital próprio no valor total de R\$5.767, sendo R\$ 865 referentes a imposto de renda retido na fonte, resultando em um valor líquido de R\$ 4.902 para distribuição aos acionistas.

A destinação do lucro para distribuição de dividendos foi a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido	49.072	49.442
Constituição da reserva legal - 5% (i)	_	(570)
Base de cálculo dos dividendos	49.072	48.872
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	12.268	12.218

⁽i) A reserva legal não foi constituída em 2024 pelo fato de ter atingido o limite de 20% do capital social.

e) Reserva para retenção de lucros

Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Concessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Receita líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de prestação de serviços	235.734	219.817
Receita de construção	44.188	59.529
Cancelamentos	(3.638)	(1.826)
Canodiamonio	276.284	277.520
Deduções da receita bruta	(21.509)	(20.082)
PIS e COFINS sobre serviços prestados	(1.253)	(899)
Descontos concedidos	253.522	256.539

23. Custos dos serviços prestados

	31/12/2024	31/12/2023
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(1.053)	(928)
Ônus da concessão	(1.004)	(953)
Energia elétrica	(20.331)	(18.513)
Custo de construção	(44.188)	(59.529)
Materiais aplicados nos serviços	(7.742)	(7.716)
Salários e benefícios a empregados	(19.981)	(17.944)
Utilização de imóveis e telefonia	(19)	(26)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(5.107)	(3.980)
Serviços de terceiros	(7.060)	(7.462)
Depreciações e amortizações Outros custos	(12.626) (413) (119.524)	(10.085) (582) (127.718)

24. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Salários e benefícios a empregados	(19.589)	(19.188)
Utilização de imóveis e telefonia	(618)	(768)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(1.534)	(1.609)
Serviços de terceiros	(20.281)	(17.823)
Despesas com contencioso	(1.170)	(1.044)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(363)	(210)
Depreciações e amortizações	(408)	(441)
Provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber	(7.313)	(5.291)
Reversões de contingências	` 132	` 138́
Despesas com informática	(2.058)	(1.554)
Outras despesas	(4.521)	(3.621)
	(57.723)	(51.411)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras Rendimentos com aplicações financeiras PIS e COFINS sobre receitas financeiras Juros e multas vinculadas à operação Variação monetária sobre outros ativos Ganhos com operações de swap Ganhos com derivativos Outras receitas financeiras	10.026 (669) 3.884 314 124 6 6	16.776 (983) 4.051 39 98 82 166 20,229
Despesas financeiras Juros com empréstimos e financiamentos Juros sobre arrendamentos	(19.339) (58)	(23.101) (54)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos Atualização monetária das contingências Tributos sobre operações financeiras Descontos concedidos	(8) (24) (18) (991)	(42) (73) (16) (3.188)
Perdas com operações de <i>swap</i> Perdas com derivativos Outras despesas financeiras	(4) (121) (1.292)	(55) (100) (913)
Resultado financeiro	(21.855)	(27.542)

26. Seguros

O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura dos seguros em 31 de dezembro de 2024 está apresentada a seguir:

Descrição seguro	Vigência das apólices	Cobertura
December 1971 to the 1971 to the 1971 to the 1971 to 1971	07/40/0004 - 07/40/0005	50.000
Responsabilidade civil administradores - D&O	27/10/2024 a 27/10/2025	50.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2025 a 17/01/2026	13.000
Riscos operacionais	17/01/2025 a 17/01/2026	75.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil	31/12/2024 a 31/12/2025	132.878
Riscos ambientais	22/12/2024 a 22/12/2025	5.000
Garantia de Concessão	01/12/2024 a 01/12/2025	166.537
Seguro de veículos	17/10/2024 a 17/10/2025	200

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Transações que não envolvem caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2024	31/12/2023
Adição direito de uso	83	494
,		
Juros capitalizados	15.213	12.515
Juros sobre o capital próprio	1.268	1.358
IRRF sobre swap	19	15